



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CONSTITUCIONAL  
DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA DO DIREITO/ANTROPOLOGIA  
JURÍDICA  
PROFESSORES: ROBERTO KANT DE LIMA E LENIN PIRES

Carga horária semestral – 60 horas (15 sessões)

#### OBJETIVO:

Através da análise da literatura da Antropologia do Direito, discutir as diversas metodologias propostas para a investigação e análise dos sistemas e modelos de administração de conflitos em sociedades tradicionais e modernas.

#### DESENVOLVIMENTO:

O curso compreenderá aulas expositivas e seminários teóricos, com a possibilidade de se trazer pesquisadores para discutirem seus trabalhos, dependendo da disponibilidade de agenda. Serão realizadas leituras e exposições, pelos alunos, em seminários, de monografias clássicas e contemporâneas. Também poderão ser discutidas, com a presença dos autores, teses e dissertações de mestrado defendidas em diversos programas em que atuou. O curso está dividido em três partes e a bibliografia aqui apresentada é uma sugestão do professor. Poderá ser acrescida e/ou selecionada para incluir/excluir questões de interesse mútuo de alunos e professor.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação poderá ser feita através da elaboração de um trabalho ou pela aplicação de uma prova, com questões previamente entregues e respondidas em casa. Em qualquer desses casos, os prazos do PPGA deverão ser obedecidos pelos alunos. Todos os alunos deverão apresentar relatório das discussões havidas, pelo menos, durante um seminário de que tenham participado como expositores.

#### PROGRAMA:

I) Apresentação e discussão do programa e dinâmica do curso

01ª sessão

II) - Discussão da bibliografia tradicional da Antropologia do Direito, vinculada às formas de administração de conflitos nas chamadas sociedades tradicionais.

2a. sessão:

LIMA, Roberto Kant de. A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós. Niterói: EdUFF, 1997. 65p.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, Nau Ed., 1999. 158p. Caps. III, IV e V

Lima, Roberto Kant e Baptista, Barbara L . O desafio de realizar pesquisa empírica no direito. Trabalho apresentado à Reunião da ABCP, 2010.

3ª. sessão

CLASTRES, A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988. (Cap. 1, 2 e 11)

MAINE, Henry Sumner. Ancient law. London: J.M. Dent & Sons; New York: E. P. Dutton, 1936.  
(Introdução e Cap. 5)

SHIRLEY, Robert Weaver. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.

4ª sessão:

BROWN, A. R. Radcliffe. Estrutura e Função na Sociedade Primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973.  
( Caps. 9, 10, 11 e 12)

MALINOWSKI, B. Crime e costume na sociedade selvagem. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial 2003.

5ª. Sessão

DAVIS, Shelton H. (Org.). Antropologia do direito: estudo comparativo de categorias da dívida e contrato. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. (Introdução, caps. 2 e 5)

HOEBEL, E. A. The Law of Primitive Man: A study in comparative legal dynamics. Cambridge: Harvard University Press, 1954. (Cap. 1)

6ª sessão:

CLASTRES, Pierre – A Economia Primitiva. In: \_\_\_\_\_. Arqueologia da Violência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP, 1974.

SAHLINS, Marshall. Stone Age Economics. New York: Aldine Publishing Company, (Caps. 4 e 5)

III - Algumas perspectivas contemporâneas

7ª sessão:

NADER, Laura; Todd Jr, Harry F. ( Ed.). The disputing process: law in ten societies. 1978. Newyork: Columbia University Press, 1978. (Introdução)

Nader, Laura. A Civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação.

In:\_\_\_\_\_. Anais da XIX reunião Brasileira de Antropologia. Niterói: 1994. p. 43-66.

MOORE, Sally Falk. Law as Process: an anthropological approach. 1978. London; Boston: Routledge & K. Paul, 1978.(Introdução e caps. 3 e 6)

8ª sessão:

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: \_\_\_\_\_ Clifford Geertz. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica. In: \_\_\_\_\_. Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p.23-46

Lima, Roberto Kant de - Sensibilidades jurídicas , saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. Anuário Antropológico,

9ª sessão:

GARAPON, Antoine; PAPADOPOULOS, Ioannis. Julgar nos Estados Unidos e na França: cultura jurídica francesa e common law em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. (Introdução e cap. 5)

MERRYMAN, John Henry. The civil law tradition: an introduction to legal systems of western Europe and Latin America. Standford: Standford University Press, 1969.

10ª sessão:

ACOSTA, Fernando – Os Ilegalismos Privilegiados. In: \_\_\_\_\_Antropolítica. Revista Contemporânea de política. Niterói, n. 16, p. 65- 98, 1º sem. 2004.

SANTOS, Daniel dos. Drogas, globalização e direitos humanos. In:\_\_\_\_\_ Antropolítica: Revista Contemporânea de política. Niterói, n. 16, p. 21-54, 1º sem. 2004.

TISCORNIA, Sofia. Detenciones policiales y muertes administrativas. In:\_\_\_\_\_ Antropolítica: Revista Contemporânea de Política. Niterói, n. 16, p.55-63, 1º sem. 2004

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Direito legal e Insulto Moral. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (Prefácio e caps. 6 e 7)

#### IV) Antropologia do Direito no Brasil:

11ª sessão:

MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Liberdade e igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política. In: Cadernos CERU, n. 3, série II, p.7-33, maio, 1991.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. In: \_\_\_\_\_. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 09, n. 18, 1996.

12ª sessão:

MOTA, Fabio Reis – O estado contra o estado: direitos, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia. In: \_\_\_\_\_. Antropologia e Direitos Humanos, v.3,p.133-184.

O'DWAYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV; ABA, 2002. (Introdução e cap. 1)

PIRES, Lenin. "Deus ajuda a quem cedo madruga?": trabalho, informalidade e direitos civis nos trens da Central do Brasil. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org) et al. Antropologia e direitos humanos,4. Blumenau, SC: Nova Letra, 2006. p.185-241.

13ª sessão:

NOVAES, Regina R.; Kant de Lima, Roberto (Orgs.) – Antropologia e Direitos Humanos. Niterói: EDUFF, 2001. (Apresentação, introdução e Cap. 1)

LIMA, Roberto Kant de (Org.) . Antropologia e Direitos Humanos, 2, 2003. p. 37-74; 157-202

TISCORNIA, Sofia; PITA, Maria Victoria (Eds.) Derechos humanos, tribunales y policías em Argentina y Brasil. Buenos Aires, Antropofagia, 2005.

14ª sessão:

LIMA, Roberto Kant de. A Antropologia do Direito, no Brasil. In :Ensaio de Antropologia e de Direito. RJ, Lumen Juris, 2008 (obrigatório)

15ª sessão:

Temas opcionais:

BAPTISTA, Barbara Gomes Lupetti. Os rituais judiciais e o princípio da oralidade: construção da verdade no processo civil brasileiro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008. 335 p.

EILBAUM, Lucía. O corpo do acusado: escrita, oralidade e direitos na Justiça Federal Argentina na cidade de Buenos Aires. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org). et al. Antropologia e direitos humanos,4. Blumenau, SC: Nova letra, 2006. p. 243- 302

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. Contrastes e confrontos: a presunção e as garantias do processo penal em perspectiva comparada. 2009. 268 f.Tese(Doutorado em Direito)-Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2009

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. O ritual judicial do tribunal do júri. 2007. Porto Alegre, Sergio Fabris ed., 2007.

\_\_\_\_\_. A produção da verdade da nas práticas judiciais criminais brasileiras: uma perspectiva antropológica de um processo criminal. Niterói: EDUFF, 2005. 108 p.

FONSECA, Regina Lucia Teixeira Mendes da. Dilemas da decisão judicial: as representações de juizes brasileiros sobre o principio do livre convencimento

motivado 2008. 267 f. Tese (Doutoradoem Direito)- Programa de Pós-Graduação em Direito.Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.

LEITE, Angela Moreira .Em tempo de Conciliação. Niterói, Eduff, 2003.

LIMA, Roberto Kant de. A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. RJ: Forense, 1995.(caps. 2- 9)

PINTO, Gabriela Hilu da Rocha. Os caminhos do Leão: uma etnografia do processo de cobrança do imposto de renda. Niterói, Eduff, 2006.

RENOLDI, Brígida. Narcotráfico y justicia en Argentina: la autoridad de lo escrito en el juicio oral. Buenos Aires: Antropofagia, 2008. 203 p.

PITA, Maria Victoria Formas de vivir y formas de morir. El activismo contra la violencia policial. Ed. Del Puerto y CELS, Buenos Aires, 2010.

TISCORNIA, Sofia Activismo de los derechos humanos y las burocracias estatales. El caso de Walter Bulacio, Buenos Aires: Ed. Del Puerto e CELS, 2008.